



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O CURRÍCULO MÍNIMO DA SEEDUC-RJ: A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS CURRICULARES E PERSPECTIVAS PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Autor Phelipe Florez Rodrigues; Orientadora Rita de Cássia Prazeres Frangella

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – phelipegeo@yahoo.com.br

Desde 2011 a rede estadual de educação do Rio de Janeiro, tem como uma de suas principais políticas de planejamento a elaboração de um currículo mínimo, cujo objetivo é orientar os professores de cada disciplina da escola básica. O currículo mínimo é um documento organizado em um planejamento por anos e bimestres, que contém os conteúdos que devem ser trabalhados ao longo da trajetória escolar do aluno da rede. Muito focado em um alinhamento do ensino em todo o Estado do Rio de Janeiro, a preocupação em estabelecer e garantir que habilidades e competências sejam desenvolvidas ao longo do processo de ensino-aprendizagem é muito forte e fica claro na introdução do documento de 2012. Em tal documento, o primeiro a estabelecer orientações para todas as disciplinas da escola básica (Matemática, Língua Portuguesa/Literatura, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Ciências /Biologia, Física, Química, Língua Estrangeira, Educação Física e Arte), coloca-se que:

“A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro elaborou o Currículo Mínimo da nossa rede de ensino”. Este documento serve como referência a todas as nossas escolas, apresentando as competências e habilidades que devem estar nos planos de curso e nas aulas.

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. “Consideram-se também as



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções.” (SEEDUC – RJ – Currículo mínimo 2012)

A disposição em aprofundar uma análise sobre este documento curricular surge a partir do momento em que inicio o minha trajetória no magistério estadual. Ingresso na rede estadual de ensino no ano de 2011 para lecionar a disciplina geografia, lotado na 5ª região metropolitana, que abrange as escolas do município de Duque de Caxias. Trabalho com turmas do segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio do curso regular, portanto, lido diretamente com todo o currículo mínimo de geografia. Leciono a disciplina desde o ano de 2007 em instituições privadas. Percebo desde o início que a preocupação de boa parte das instituições particulares de ensino é o sucesso do alunado em exames que possibilitam o acesso a Universidades ou a grandes colégios federais. Desta maneira não raro são as instituições privadas que não debatem e problematizam a questão da produção curricular, apenas alinham os conteúdos a objetivos determinados por avaliações.

Antes de entrar na rede estadual, tinha a sensação de que exercer o magistério público no estado do Rio de Janeiro seria uma oportunidade de participar de um processo de ensino-aprendizagem um pouco menos amarrado, com um currículo produzido, adequado contingencialmente ao cenário, sobretudo, cultural das escolas.

No entanto, coincide com a minha entrada no magistério estadual, um momento de grande expansão da rede através do aumento do corpo docente e da incorporação de políticas que visam homogeneizar processos e procedimentos em todas as unidades escolares do estado do Rio de Janeiro. Neste contexto político percebi que a elaboração e a busca pela implementação do currículo mínimo foi uma das principais ferramentas utilizada pela secretaria estadual de educação para que os objetivos pretendidos fossem alcançados.

A partir da análise crítica do processo de desenvolvimento político que será desdobrada ao longo da pesquisa e no campo específico com professores de geografia da rede, pretendo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

problematizar questões referentes à política curricular e perceber como as resignificações, recontextualizações e traduções são viabilizadas ao longo da trajetória política na qual o currículo mínimo está envolvido.

Entendendo que a tentativa de controle total é bastante improvável e abre espaços para diversos escapes uma vez que o contexto da prática não recebe passivamente a política e também é espaço para produção curricular, pretendo me debruçar sobre as seguintes questões:

- Como a concepção de currículo adotada pela SEEDUC-RJ se tornou um instrumento político na tentativa de controlar processos e procedimentos na rede estadual de ensino?
- Quais foram as estratégias discursivas assumidas pela SEEDUC-RJ ao longo da implementação política do currículo mínimo?
- Em que medida docentes de geografia se apropriam e ou resignificam o currículo mínimo?

Procuro buscar num registro pós-estrutural uma alternativa na discussão sobre o entendimento sobre currículo. Ao dialogar com esta possibilidade teórica proponho abrir espaço para confluências com autores de outros campos das ciências humanas a fim de montar um arcabouço teórico-metodológico robusto.

Este arcabouço teórico sustenta uma concepção de currículo base em que acredito e, em cima da qual referencio meus estudos na análise de currículos, principalmente os de geografia.

Portanto, em busca de uma improvável resposta sobre, o que é currículo? Evoco os estudos de base pós-estruturais das professoras Alice Lopes e Elizabeth Macedo para um início de discussão, para as autoras:

“(...) o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria.” (LOPES, Alice; MACEDO, Elisabeth; Teorias de currículo, São Paulo, Cortez – 2011, p. 41)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em concordância com as autoras, destaco um aspecto fundamental que entra com potência numa abordagem pós-estrutural no campo do currículo: a produção discursiva de sentidos a partir da interação entre discursos sociais e culturais. Ao me apropriar desta perspectiva, vejo a necessidade em aprofundar a discussão sobre discurso, e produção de cultura à luz do pós-estruturalismo.

Para avançar nesta discussão, procuro buscar em autores do campo das humanidades, elementos que proporcionem um entendimento sobre cultura e discurso. Sobre a cultura, busco entendê-la como algo dinâmico em movimento contínuo. Esta fluidez embutida na produção de culturas, entendo que ocorre por conta da coexistência de vários elementos que interagem das mais variadas formas em diferentes contextos sociais. No tempo-espaço em que a interação de elementos sociais, econômicos, políticos entre tantos outros ocorre, me parece ser um espaço de produção de cultura.

Neste cenário, em que novas fronteiras entre elementos presentes na sociedade interagem, a negociação entre esferas de poder também acrescenta neste cenário de produção cultural um novo catalisador de tensões.

Todavia, na discussão sobre currículo proposta por Lopes e Macedo (2011), um currículo, pode ser entendido como uma construção discursiva. Por conta desta perspectiva discursiva adotada, vejo a possibilidade de propostas curriculares que visam a unificação de processos em larga escala como algo improvável.

Entendo que a cultura produzida em micro-contextos produzem possibilidades de resignificação variadas. Os sujeitos são submetidos a demandas distintas, as negociações e articulações entre os espaços locais e o discurso colonial abrem uma infinidade de possibilidades de tradução no campo da política.

Desta forma, prefiro a ideia de produções curriculares específicas. Alinhadas a demandas específicas e, sobretudo, as possibilidades contingências de produção de cultura.

Em busca pelas estratégias metodológicas mais encorpadas e adequadas, procuro estabelecer um diálogo com os estudos de Stephan J Ball, sobretudo, me apropriando da abordagem do ciclo de políticas públicas em que o autor ao dividir em esferas de poder a produção política, oferece ao



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pesquisador uma possibilidade de entender as micro esferas de poder, nesta pesquisa estou considerando as escolas, também um ambiente vívido e que não recebe passivamente disposições gerais vindas de outros domínios da gestão pública.

Portanto, a abordagem do ciclo de políticas públicas de Ball ao ser utilizada como modelo metodológico pretende enxergar a performance política em caráter cíclico, sem a primazia de um contexto em relação aos demais, em sem assumir que o global anule a esfera local, neste sentido, MAINARDES (2006), aponta:

“O primeiro contexto é o contexto de influência onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. (...) O contexto de influência tem uma relação simbiótica, porém não evidente ou simples, com o segundo contexto, o contexto da produção de texto. Ao passo que o contexto de influência está freqüentemente relacionado com interesses mais estreitos e ideologias dogmáticas, os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral. (...) De acordo com Ball e Bowe (Bowe et al., 1992), o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para estes autores o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”(MAINARDES, Jeferson, Educ. Soc., Campinas, vol.27,n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006)

A pesquisa esta se desenvolvendo, todavia, em fase preliminar. Na primeira fase do trabalho os documentos produzidos pela SEEDUC-RJ e pelos órgãos a ela submetidos estão sendo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

levantados, já com um número significativo de material aferido. São textos das mais variadas naturezas tais como notas da assessoria de imprensa, portarias e determinações oficiais disparadas das mais variadas formas. Em relação às entrevistas já foram realizadas com 4 professores de geografia da rede estadual de ensino e mais 4 já estão agendadas para os meses de março e abril deste ano. A partir destes primeiros passos já é possível, mesmo que de forma muito incipiente questões importantes para os professores, tais como o vínculo do currículo com as avaliações externas, um esvaziamento em algumas discussões caras à geografia tal como a relação da sociedade e natureza e a falta de aderência da proposta curricular com livros didáticos, esta última aparecendo com muita potência na fala dos docentes. Preliminarmente percebo que os professores de geografia que trabalham nas séries iniciais do segundo segmento do ensino fundamental alçam possibilidades mais amplas no que diz respeito à resignificações e recontextualizações da política e dos próprios conteúdos uma vez que não são amarrados à avaliações externas de macro escala.

REFERÊNCIAS

- BALL, S.J.; MAINARDE, Jefferson (orgs) – Políticas Educacionais: Questões e Dilemas – São Paulo, Cortez, 2011.
- BALL, S.J. – Education Reform: A critical and post-estructural approach. Buckingham: Open Universit, 1994.
- BHABHA, Homi K. – O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses (textos selecionados), Rocco, Rio de Janeiro, 2011.
- BHABHA, Homi K – O local da cultura; Editora UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cezar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato – Geografia: Conceitos e temas; Bertrand, Rio de Janeiro, 2000.
- DERRIDA, Jaques; ROUDINESCO, Elisabeth – Do que amanhã...diálogo,Zahar,São Paulo, 2004
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth – Teorias de currículo, Cortez, São Paulo, 2011.
- MAINARDES, Jefferson – Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais; 2006.
- SEEDUC – RJ – Currículo mínimo 2013, Rio de Janeiro.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SEEDUC – RJ – portaria 419/2013; avaliação do desempenho escolar; Rio de Janeiro.